

LEGISLATIVO

Entre os itens que serão analisados pelos vereadores está um projeto de lei que prevê vistorias periódicas em marquises e sacadas

Sessão da Câmara tem seis projetos de lei e uma moção em votação

DA REPORTAGEM LOCAL
redacao@jj.com.br

A 10ª sessão da Câmara Municipal que acontece amanhã (11) tem na pauta de votações seis projetos de lei e uma moção. Um dos itens que será analisados pelos vereadores é o projeto de lei nº 12.188/2017, do vereador Wagner Ligabó, que prevê vistorias periódicas em marquises e sacadas.

Segundo o projeto, a vistoria deverá ser realizada há cada cinco anos e o laudo técnico precisará ser acompanhado de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) realizada por profissional ou empresa inscritos no Crea (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).

Ligabó argumenta que o projeto é importante para garantir a segurança das edificações e das pessoas que convivem nestes locais ou passem pelo seu entorno. Na justificativa, o parlamentar explica que o Cód-

go Civil Brasileiro determina ser obrigação do proprietário de um imóvel reparar terceiros por danos causados pela queda de objetos lançados de um prédio. O não cumprimento da legislação, caso aprovada pela Casa e sancionada pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), acarretará na cobrança de multa de 60 UFGs (Unidades Fiscais do Município), atualmente em cerca de R\$ 9,5 mil.

Valorização

Também está na pauta o projeto de lei nº 12.190, do vereador Douglas Medeiros, que institui a "Campanha de Valorização do Professor e Combate à Violência no Ambiente Escolar". Já o vereador Cristiano Lopes apresenta o projeto de lei nº 12.206, que prevê sanções à pessoa que urinar e/ou defecar em próprios ou logradouros públicos.

O projeto de lei nº 12.207, do vereador Cícero Camargo da Silva, prevê, na rede municipal de

saúde, agendamento telefônico de consultas para pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Outra proposta é a publicidade mensal de listagem de atendimentos realizados em unidades de saúde. Projeto de lei nº 12.225, de autoria dos vereadores Arnaldo Ferreira de Moraes, Cícero Camargo da Silva, Paulo Sérgio Martins, Rafael Antonucci, Valdeci Vilar Matheus e Wagner Ligabó.

Já o projeto de lei de nº 12.219, do vereador Antonio Carlos Albino, redenomina "Praça Ciclista Marcelo Rosa Batista" a Praça do Ciclista, no Parque Residencial Eloy Chaves. O vereador Faouaz Taha apresenta moção de nº 21 de apelo à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal por continuidade de tramitação da proposta de iniciativa popular e do Ministério Público Federal chamada "pacote anticorrupção", que originou o Projeto de lei 4.850/16.



PROJETOS DE LEI Vereadores se reúnem na Câmara Municipal de Jundiá amanhã (11) para votar os itens na pauta

PUBLICITÁRIOS

TSE marca os depoimentos de João Santana e Mônica Moura para o dia 17

O ministro Herman Benjamin, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), marcou na última sexta-feira (7) os depoimentos do casal de publicitários João Santana e Mônica Moura, bem como de André Santana, auxiliar de ambos. Eles serão ouvidos no dia 17 de abril, na ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer, que venceu as eleições em 2014. As informações são da Agência Brasil.

O casal de publicitários será ouvido no Tribunal Regional Eleitoral em Salvador (Bahia). Segundo a assessoria do TSE, Benjamin ainda não decidiu se os depoimentos serão por videoconferência ou se ele irá pessoalmente

à Bahia interrogar as testemunhas.

João Santana e Mônica Moura foram responsáveis pelo marketing da campanha presidencial de Dilma Rousseff nas eleições de 2010 e 2014. Na última terça-feira (4), o plenário do TSE acolheu um pedido do Ministério Público Eleitoral para que eles fossem ouvidos na ação de investigação eleitoral contra a chapa Dilma-Temer.

No mesmo dia, o ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF, homologou acordo de delação premiada firmado por João Santana e Mônica Moura após negociação com o Ministério Público Federal.

João Santana e Mônica Moura foram condenados, em fevereiro, pelo juiz federal Sérgio Moro a oito anos e quatro meses de prisão no âmbito da Lava Jato, acusados de terem recebido US\$ 4,5 milhões em um conta de empresas offshore na Suíça. Segundo as investigações, o dinheiro é proveniente do esquema de corrupção na Petrobras.

Processo

As contas da campanha da chapa Dilma-Temer foram aprovadas por unanimidade, embora com ressalvas, pelo TSE em dezembro de 2014. Pouco depois, no entanto, foi aberta a pedido do PSDB, partido do segundo colocado

Aécio Neves, uma ação de investigação para apurar o eventual abuso de poder político e econômico pela chapa vencedora.

Em caso de condenação, o TSE pode tornar inelegíveis tanto Dilma Rousseff como Michel Temer, que pode ainda ser afastado da Presidência da República.

A campanha de Dilma Rousseff nega qualquer irregularidade e sustenta que todo o processo de contratação das empresas e de distribuição dos produtos foi documentado e monitorado. A defesa do presidente Michel Temer sustenta que a campanha eleitoral do PMDB não tem relação com os pagamentos suspeitos. (Folhapress)

DA CÂMARA

Lava Jato influencia escolha do Conselho de Ética

Depois de uma demora motivada pela expectativa da divulgação de novos alvos da Operação Lava Jato, a maioria dos partidos indicou, nos últimos dias, integrantes para o Conselho de Ética da Câmara, responsável por analisar processos de cassação contra parlamentares.

Até sexta-feira (7), 15 dos 21 integrantes do colegiado já haviam sido indicados. O PSDB afirmou que apresentará seus dois nomes na terça (11), em reunião da bancada. Restavam apenas as quatro vagas de PSB, PTN e Solidariedade. Em uma situação normal, o Conselho já deveria estar funcionando.

Quando a composição estiver completa, caberá ao presidente do órgão, José Carlos Araújo (PR-BA), convocar a reunião de eleição e instalação do conselho para um mandato de dois anos.

Até agora, dois candidatos se apresentam para comandar o conselho, Marcos Rogério (DEM-RO), do mesmo partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e Sandro Alex (PSD-PR), atual vice-presidente.

Os dois não integraram o grupo que, em 2015 e 2016, tentou e quase conseguiu enterrar o processo de cassação contra ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), alvo da Lava Jato e hoje preso no Paraná - ele foi condenado a 15 anos de prisão pelo juiz Sérgio Moro.

Por isso, os atuais integrantes relatam conversas para a união em apoio a um terceiro nome.

Lava Jato

O órgão terá um papel-chave neste ano, devido à nova leva de pedidos de abertura de inquérito entre-

gue pela Procuradoria-Geral da República ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Em março, Rodrigo Janot, procurador-geral, enviou à corte 83 solicitações, consequência de 77 delações de ex-executivos da Odebrecht ao Ministério Público Federal.

A expectativa é que o relator da Lava Jato no Supremo, o ministro Edson Fachin, determine o fim do sigilo dos documentos da empreiteira nos próximos dias, o que revelará os nomes dos envolvidos.

"Não tem motivo nenhum para que a lista possa de alguma forma interferir nos trabalhos do Conselho", afirmou Arthur Lira (PP-AL), negando que os deputados estejam esperando a novidade para escolherem, enfim, o presidente do órgão.

O PP é um dos partidos com mais congressistas investigados pela Lava Jato. Na sexta, a Justiça Federal do Paraná decretou o bloqueio de R\$ 9,8 milhões em bens do partido. Além disso, outros 11 deputados, ex-deputados e assessores da legenda foram acionados e terão outros R\$ 467 milhões bloqueados. Entre eles, Lira.

Quase todos os partidos devem ser afetados por essa segunda lista de Janot - a primeira foi em março de 2015.

Como revelou a Folha em março, Rodrigo Maia está entre os citados nos pedidos da Procuradoria para abertura de investigação no Supremo.

Cabe ao Conselho analisar os eventuais pedidos de cassação e recomendar ao plenário da Casa o arquivamento, a perda do mandato ou uma pena mais branda ao parlamentar em questão. (Folhapress)

EX-PREFEITO DE SÃO BERNARDO

Para Marinho, preocupação de Dilma com prisão de Lula é perda de tempo

O ex-ministro e ex-prefeito de São Bernardo do Campo (Grande São Paulo) Luiz Marinho chamou de "perda de tempo" a preocupação manifestada pela ex-presidente Dilma Rousseff de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva venha a ser preso.

No último sábado (8), em evento nos Estados Unidos, Dilma afirmou ter medo da prisão de Lula, o que inviabilizaria a candidatura do petista à Presidência. Ontem, após acompanhar Lula na votação para eleger o coman-

do petista, Marinho minimizou esse risco.

"Não tem que perder tempo com isso. Deixe para os advogados", reagiu Marinho, afirmando que "não há como prender Lula, não há como condenar o Lula".

O ex-presidente chegou às 9h40 à sede do PT em São Bernardo do Campo. Após votar, abraçou militantes e posou para fotos. Lula não quis dar declarações, afirmando que essa seria uma tarefa de Marinho.

Candidato de Lula à pre-

sidência estadual do PT, Marinho disse nutrir a expectativa de que o senador Lindbergh Farias (RJ) retire seu nome da disputa pelo comando nacional do partido em apoio à senadora Gleisi Hoffman (PR).

Segundo Marinho, Lindbergh se comprometeu a apoiar Gleisi caso fosse ela a candidata e "está pendurado em sua palavra".

Ao comentar a pesquisa Datafolha sobre o desempenho do prefeito paulistano João Dória (PSDB), Marinho disse considerar alto um índice de

20% de rejeição há apenas 100 dias de governo.

E recomendou que Dória 'prefeiteiro' mais, pense em gestão, deixando para a zeladoria o trabalho de pintura de muros.

Marinho disse que "como prefeito, Dória é um grande marqueteiro". Ele chamou de ridículo o fato de um prefeito dedicar sua agenda à pintura de muros. afirmou ainda que, se pudesse dar uma colaboração ao tucano, sugeriria que ele colocasse "a cabeça na gestão". (Folhapress)